

ISSN 1981-1381

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO OLHAR DO MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA¹

*THE INCLUSION HANDICAPPED STUDENTS
IN THE VISION OF RESTINGA SÊCA*

Celer Teresinha dos Passos Pohlmann² e Guacira de Azambuja³

RESUMO

Nesta pesquisa, objetivou-se verificar como ocorre a inclusão social no município de Restinga Sêca de alunos com Necessidades Especiais. A metodologia foi etnográfica do tipo estudo de caso e teve como instrumento de coleta de dados uma entrevista semiestruturada com os Educadores Especiais que atuam na rede comum de ensino. Para reforçar os dados, também analisaram-se documentos da Secretaria Municipal de Educação que normatizam a Educação Especial. Verificou-se que a caminhada da Educação Especial no município de Restinga Sêca começou a ser pensada na década de 90, mesmo período da Conferência de Joymtêm. Desde então, os alunos, antes segregados à margem da sociedade, passaram a fazer parte do processo educacional nas escolas em classes comuns de ensino. Identificou-se que o município caminha para a inclusão, adequando-se à legislação vigente, proporciona a inclusão aos alunos com necessidades especiais em classe comum de ensino e, também, busca recursos humanos qualificados para atender às peculiaridades de cada um quando necessário, demonstrando, assim, que o município está comprometido com o processo de inclusão.

Palavras-chave: Educação Especial, inclusão escolar.

¹ Trabalho Final de Graduação - TGF.

² Acadêmica do Curso de Pedagogia - UNIFRA.

³ Orientadora - UNIFRA.

ABSTRACT

This research aimed to verify how the social inclusion of handicapped students happens in the city of Restinga Sêca. It was an ethnographic case study, and it a semi-structured interview was the tool for data collection with public school teachers. Some documents of the City Education Department that regulate education for the handicapped were analyzed. It was found out that rules for the education of the handicapped in this city began to be created in the 1990s, in the same period of the Joyntêm Conference. Since then, these students who used to be segregated became part of the educational process regular schools. It was identified that the city of Restinga Sêca has adapted its school system to follow the current legislation by providing the inclusion of these students and also it is seeking qualified human resources to meet the peculiarities of each one when necessary. This shows that the city is committed to the process of including pupils with special needs.

Keywords: *Education for the Handicapped, school inclusion.*

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com necessidades especiais em classes comuns de ensino é algo novo para a escola e para a sociedade, pois durante um longo período essa população foi excluída da sociedade, era ignorada e, em épocas passadas, era eliminada, não sendo permitida a sua sobrevivência. Com o passar dos anos, e com o avanço de pesquisas, observou-se que essas pessoas eram possuidoras de capacidades, embora limitadas, de aprendizagem e que poderiam ser incluídas na sociedade.

A partir da década de 90, começou-se então a se pensar em como realizar essa inclusão. Para isso, surgiram regulamentações, bem como sugestões de quais as adaptações seriam necessárias para que a inclusão de fato ocorresse. Vários autores aprofundaram seus estudos e passaram a servir de suporte teórico para muitos leigos no assunto que precisavam de mais conhecimento para se engajar nesta caminhada. Teóricos como Stainback e Stainback (1997), Werneck (1997), Carvalho (1997), Melli (2001), Mantoan (2001), Almeida (2003), Mazzota (2005) e Sasaki (1997) tiveram uma enorme contribuição para a divulgação de que a ideia da inclusão seria possível.

Esses teóricos contribuíram para a realização desta pesquisa, pois, por meio das reflexões que realizaram, foi possível fundamentar o presente trabalho

e demonstrar que a inclusão de alunos com necessidades especiais é um processo que em construção, porém é preciso mudar concepções preexistentes.

Faz-se necessário então conhecer o olhar do município de Restinga Sêca em relação à inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. Para isso utilizou-se a metodologia de pesquisa etnográfica do tipo estudo de caso que apresentou como instrumentos de coleta de dados diferentes documentos que abordaram o tema da inclusão tanto a nível mundial, quanto municipal (Plano Municipal de Educação, Pareceres do Conselho Municipal de Educação). Para análise de dados utilizou-se o método interpretativo. Nesta pesquisa, apresenta-se a historicidade do processo de inclusão escolar de alunos com necessidades especiais no período de 1990 a 2007 no município de Restinga Sêca.

INCLUSÃO ESCOLAR

Na década de 90, no Brasil, surge o período em que a educação inclusiva passa a ser discutida. A sociedade é levada a pensar o quanto é importante a inclusão de todos no processo educacional. Com a Conferência Mundial de educação para Todos, na qual o principal objetivo foi intervir diretamente sobre o direito das pessoas com necessidades especiais e reestruturar a sociedade para possibilitar a convivência com os diferentes, destacaram-se que as necessidades especiais básicas de aprendizagem dos indivíduos especiais requerem atenção diferenciada e é preciso tomar medidas que garantam o acesso de todos ao sistema educativo.

Somente a partir da década de 90, aparece um movimento que preconiza a inversão de papéis, defendendo a ideia de que o meio deve adaptar-se para atender às necessidades especiais dos indivíduos, sejam eles pessoas com deficiência ou não. Esse movimento é o que hoje denominamos inclusão, seja ela escolar ou social.

A educação inclusiva tem como objetivo uma sociedade para todos. Sua prática repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da sociedade humana, a aprendizagem através da cooperação (SASSAKI, 1997).

A inclusão implica, em primeiro lugar, aceitar todo o indivíduo como pessoa, como ser humano único e diferente. As diferenças individuais existem entre os humanos e não se justifica classificar grupos de pessoas como sendo especiais e segregá-las na escola ou em outros ambientes (MELLI, 2001).

A inclusão está relacionada com a abertura da escola e a qualidade de ensino para atender a individualidade de cada ser humano. Em se tratando de educação, a inclusão exige uma transformação da escola para adaptar-se às necessidades dos alunos e não os alunos adaptarem-se às condições/modelo da escola (MELLI, 2001; WERNECK, 1997).

A INCLUSÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA

A Educação Inclusiva na Rede Municipal de Ensino de Restinga Sêca começa a ser pensada e efetivada como processo educacional no final da década de 90. Antes desse processo, o Município integrava as pessoas com necessidades especiais por meio de uma instituição não governamental especializada para tal, denominada Associação de Pais e amigos dos Excepcionais (APAE).

A Educação Especial é considerada pela Constituição Brasileira parte inseparável do direito à educação. Pode ser entendida como

um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiência, condutas típicas ou de altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sob o enfoque sistêmico, a educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com a sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos (BRASIL, 1994a, p. 17).

A questão da inclusão escolar para ser revertida envolve muito mais do que ações pontuais e isoladas, pois há necessidade de participação incondicional da sociedade, é uma questão de paradigmas no que se refere à educação. Para Almeida (2003, p. 179),

mudar concepções já cristalizadas e arraigadas em nome de um modelo de educação não é uma tarefa simples e fácil, sobretudo quando essas mudanças vão beneficiar pessoas que foram historicamente injustiçadas, marginalizadas e excluídas da sociedade e, em consequência, da escola.

É necessário continuar o apoio institucional às iniciativas educacionais inclusivas, para que possam fazer parte dos projetos políticos pedagógicos das escolas e não mais como meros projetos citados, isolados do contexto escolar.

Pois, acredita-se na concepção de inclusão como questão de cidadania, que todas as pessoas têm direito de participar e interagir com a comunidade. Para Carvalho (1997, p. 111),

há, pois, um novo conceito de escola e de Educação Especial. A escola deve, antes de tudo, estar aberta à diversidade, respeitar e ressignificar as diferenças individuais, bem como estimular a produção de respostas criativas, divergentes, em oposição às estereotípias e à homogeneidade do socioculturalmente entendido como ‘normal’.

Tal perspectiva implica em uma redefinição do papel da escola a partir da mudança de atitude dos professores e da comunidade, em que a educação especial, enquanto modalidade da educação escolar, organiza-se de modo a considerar uma aproximação sucessiva dos pressupostos e da prática social. Para tanto, está ancorada nos seguintes dispositivos legais: Convenção de Guatemala, Constituição Federal (BRASIL, 1988); Lei nº 9393/96 trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996); Lei nº 8069/90, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; Declaração Universal dos Direitos Humanos; UNICEF; Lei nº 7853/89; Lei das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, nº 02/02, que estabelece “normas gerais para o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências e sua efetiva integração social”, entre outros.

Segundo Mazzotta (1996, p. 85), entende-se educação especial

como um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar e suplementar os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentam necessidades educacionais diferentes da maioria das crianças e jovens.

Pode-se dizer que se faz necessário propor alternativas inclusivas para a educação e não apenas para a escola. A escola integra o sistema educacional, que se efetiva promotora de relações de ensino e aprendizagem, por meio de diferentes metodologias.

O município de Restinga Sêca, atualmente, encaminha-se para a inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas comuns, dando suporte aos professores. Propicia o acompanhamento desses alunos por meio de educadores especiais, psicóloga e serviços de saúde especializados e, quando necessário, também possibilita-lhes o acesso à escola, na qual estão sendo feitas adaptações físicas.

No período em que os alunos com necessidades especiais estavam frequentando somente a APAE, eles não estavam incluídos, apenas integrados em uma modalidade de atendimento especializado, o que continua acontecendo nas escolas estaduais de Restinga Sêca. Identificou-se essa situação de integração quando os professores recebiam os alunos especiais, mas não possuíam nenhum apoio para realizar a inclusão desses estudantes, que, muitas vezes, eram e são encaminhados para a APAE, devido ao baixo desempenho escolar, pois não conseguem acompanhar os demais da classe. O professor frente a essa situação sente-se perdido.

Alunos como esses são, muitas vezes, “excluídos” dentro da própria classe de ensino comum. Na maioria, são estudantes multirrepetentes, que não acompanham o mesmo ritmo de ensino-aprendizagem dos demais colegas. O professor, muitas vezes, não faz adequações do programa de ensino e nem busca alternativas de apoio para o atendimento das diferenças que seu aluno apresenta. Ao contrário, o professor, muitas vezes, aprova o aluno para a série/ano seguinte e este vai continuar a encontrar dificuldades no processo ensino-aprendizagem porque também o outro professor não considerará as suas diferenças. Portanto, esse é um exemplo de integração e não de inclusão como muitos confundem e que, em alguns casos é verídico.

Para distanciar o acontecimento dessas possibilidades, aos professores municipais de Restinga Sêca são oferecidos cursos de formação continuada e salas de recursos na maioria das escolas municipais, para que se possa realizar um trabalho voltado para a inclusão desses alunos no ambiente escolar, que conta também com Educadores Especiais para auxiliá-los.

A CAMINHADA DA INCLUSÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA

A historicidade da inclusão escolar no município de Restinga Sêca é realizada desde que se identificou a necessidade de aprofundar estudos acerca das necessidades especiais, qual a clientela a ser recebida nas escolas de ensino comum e como se poderia trabalhar com essa diversidade. Porém, isso aconteceu há poucos anos, a partir da contratação de um Educador Especial que passou a auxiliar e orientar o processo de inclusão. Na tabela 1, podem ser conferidas algumas ações inclusivas que foram realizadas:

Tabela 1 - Ações inclusivas no Município de Restinga Sêca.

| Ano | Ações |
|-------------------|---|
| 1999 | Contratação de um profissional em Educação Especial com especialização em Psicopedagogia, que atuou como professor itinerante nas Escolas Municipais. |
| 2000 | Contratação, por meio do CIE-E, de duas Educadoras Especiais: uma com habilitação em Deficiência Mental e a outra em Deficiência de Audiocomunicação. |
| 2001 | Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação trabalharam a modalidade da Educação Especial através da construção da Resolução nº01/01, que normatiza a Educação Especial no município. Neste ano, também, por meio de concurso público, foi contratado um Educador Especial com habilitação em Deficiência Mental. |
| 2003 | A Secretaria Municipal de Educação recebeu verbas do FNDE para a aquisição de materiais pedagógicos e equipamentos para a montagem das salas de recurso que ainda não estavam regularizadas pelo Conselho Municipal de Educação. Resolução nº 03/2003, do Conselho Municipal de Educação. |
| 2003 | Foram criadas salas de apoio em três escolas da rede municipal. |
| 2003, 2004 e 2005 | Foram contratados mais quatro Educadores Especiais habilitados em Deficiência Mental. |
| 2005 | O município recebeu verba do FNDE destinada a formação continuada dos professores, com um curso teórico-prático para professores e profissionais da Rede Municipal de Ensino de Restinga Sêca. |
| 2007 | Contratação de uma Educadora Especial em Deficiência Mental e com capacitação em Deficiência Visual, pois estão incluídos nas escolas comuns dois alunos com deficiência visual, bem como aquisição de materiais didático-pedagógicos para trabalhar com os estudantes. |
| 2007 | Curso de Formação Continuada com recursos do FNDE para os professores que haviam participado da primeira etapa. Resolução nº 02/2007, do Conselho Municipal de Educação de Restinga Sêca. |

RESOLUÇÕES QUE NORMATIZAM A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA

A Educação Especial tem uma caminhada histórica, os alunos com necessidades especiais passaram a ser vistos como seres humanos capazes de conviver em sociedade e não à margem dela. Para tanto, houve a preocupação dos órgãos competentes em normatizar esse atendimento.

Em 2001, a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação trabalharam a modalidade da Educação Especial através da Resolução 01/01, que normatiza a Educação Especial no Município. Para isso, foram realizados encontros, palestras, debates, reflexões e elaboração de ações para a construção dos Projetos Políticos Pedagógicos e dos Regimentos Escolares a partir da efetivação da modalidade de Educação Especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades da Educação Especial.

A resolução dispõe sobre o atendimento educacional para fins de “corrigir ou minorar os efeitos da condição específica de cada aluno” (RESOLUÇÃO 01, 2001, p. 1). Nesse documento, consideram-se alguns casos específicos de alunos para estarem frequentando as classes regulares de ensino, nas quais far-se-á uma avaliação para fins de observar se o aluno se enquadra nesta resolução. Mediante isso, será assegurado ao estudante o seu acesso às classes comuns de ensino. Os alunos avaliados, estando aptos, retornarão à classe comum de ensino.

Conforme disposto nessa resolução, o aluno considerado deficiente ou com altas habilidades deverá passar por uma avaliação em que a família participará, para fins de acompanhamento, se necessário (CME, 2001, p.1).

A Resolução, nº 03/2003, dispõe sobre a Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino. Nesse documento, a família está comprometida com os processos de avaliação de alunos com necessidades especiais.

O direito do aluno especial em participar do Sistema Municipal de Ensino fica assegurado conforme a Resolução nº 01/01. No seu Art. 3º, p.1, consta:

aos alunos de que trata o art. 2º fica assegurado o acesso ao ensino regular ministrado pela rede de estabelecimento de ensino público municipal que integram o sistema escolar do município, bem assim a consequente e efetiva participação nas respectivas atividades educativas.

Bem como a Resolução nº 03/2003, no seu Art. 3º, fica também assegurado aos alunos de que trata o Art. 2º, o direito ao acesso à educação escolar na rede regular do ensino público municipal. Portanto, essa resolução vem garantir a permanência dos alunos com necessidades especiais em classes comuns de ensino regular e não somente ao ensino ministrado pelos estabelecimentos de ensino.

A Resolução, nº 02/2007, altera a Resolução nº 03/2003, que institui as Diretrizes Municipais para a Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino. Alterações foram necessárias nas resoluções construídas anteriormente, as quais priorizam o atendimento educacional de alunos com necessidades especiais no âmbito escolar, percebendo as suas necessidades específicas bem como as dificuldades de aprendizagem. Esse atendimento é priorizado desde a Educação Infantil, contando sempre com a participação da família e, se for necessário, atendimento educacional especializado.

Esse parecer é muito importante porque define, em seu Art. 2º, p. 2, a necessidade educacional especial como

a necessidade de modificação do ambiente escolar para o atendimento às especificidades dos alunos. Essas necessidades poderão ser de adequação física, curricular, avaliativa, de temporalidade e também a construção de uma filosofia inclusiva para a escola.

A escola precisa adaptar-se ao aluno especial, a fim de que ocorra a sua inclusão. Participam das avaliações, das necessidades educacionais especiais dos alunos, a equipe escolar, educador especial e família, fazendo com que, assim, haja um comprometimento de todos na inclusão escolar.

No parecer, nº 02/2007, também constam as atribuições do Educador Especial. Uma de suas principais atribuições é avaliar os alunos com necessidades especiais priorizando critérios diferenciados de acordo com a especificidade de cada caso. A Secretaria de Educação também deve fazer com que ele cumpra as Diretrizes Municipais para a Educação Especial.

Portanto, no município de Restinga Sêca, a Educação Especial volta-se para a realização da inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, na busca por cursos de formação, reuniões de estudos e na procura de subsídios para nortear esse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inclusão de alunos com necessidades especiais no município de Restinga Sêca iniciou em 1999, quando houve a contratação de um Educador Especial para atuar em todas as escolas como itinerante e, a partir daí, a cada ano, o município buscou contratar mais Educadores Especiais para dar um atendimento de qualidade a esses alunos e, assim, efetivar o processo de inclusão escolar.

No olhar do município de Restinga Sêca, em relação à caminhada pela inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, observou-se uma postura preocupada em atender esses estudantes e também as demandas e necessidades das escolas, proporcionando aos professores que estão diretamente relacionados com os alunos subsídios teórico-práticos, bem como apoio pedagógico e mudanças na estrutura física das escolas para que realmente aconteça a inclusão.

Atendendo a princípios de ações pedagógicas que orientam a política de Educação Especial, a Rede Municipal de Ensino de Restinga Sêca desenvolve o trabalho nessa área com o objetivo de tornar real o processo de inclusão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. B. **Do especial ao inclusivo? Um estudo da proposta de inclusão escolar da rede estadual de Goiás, no município de Goiânia**. Campinas: Faculdade de Educação. 2003. 204 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Brasil, 1988.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, Rosita Elder. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras**. São Paulo: Memnon, 2001.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MELLI, Rosana. Educação Inclusiva. Verdadeiramente e simplesmente uma questão de vontade. In: MANTOAM, Maria Tereza Elger. **Caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos implantando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras**. São Paulo: Memnon, 2001.

RESTINGA SÊCA. **Resolução nº 01/01 do Conselho Municipal de Educação da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto**. Dispõe sobre a educação de deficiências, bem como de altas habilidades e de condutas típicas. Restinga Sêca: Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, 2001.

_____. **Resolução nº 03/2003 do Conselho Municipal de Educação**. Dispõe sobre a oferta de Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino. Restinga Sêca: Conselho Municipal de Educação, 2003.

_____. **Plano Municipal de Educação de Restinga Sêca (2007-2017)**. Restinga Sêca: Secretaria Municipal de Educação, 2007.

_____. **Resolução nº 02/2007 do Conselho Municipal de Educação**. Altera a Resolução nº 03/2003 que institui as Diretrizes Municipais para a Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino. Restinga Sêca: Conselho Municipal de Educação, 2007.

SASSAKI, K. R. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

